



Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental

» Modalidade: online

» Duração: 6 meses

» Certificação: TECH Universidade Tecnológica

» Créditos: 24 ECTS

» Tempo Dedicado: 16 horas/semana

» Horário: ao seu próprio ritmo

» Exames: online

Acesso ao site: www.techtitute.com/pt/medicina/curso-especializacao/curso-especializacao-direitos-humanos-igualdade-direito-ambiental

Índice

> 06 Certificação

> > pág. 38





tech 06 | Apresentação

Os países em desenvolvimento ou os países em conflito precisam do apoio de outras sociedades para alcançar um crescimento igualitário e sustentável. Nestes locais, a ajuda de profissionais de Medicina é muito importante, uma vez que, em muitos casos, se trata de regiões que não dispõem dos recursos necessários para cuidar da saúde dos seus habitantes. Mas é também essencial para garantir o respeito dos Direitos Humanos, da Igualdade e da prevalência do Direito Ambiental.

Neste contexto, a TECH concebeu este Curso de Especialização completo que visa aumentar a formação de profissionais de Medicina neste campo, com o objetivo de poderem colaborar com ONGs ou instituições públicas e privadas que trabalham em regiões com necessidades sociais e económicas, a partir de uma disciplina global e multissetorial, alcançando benefícios para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Os Direitos Humanos e os Direitos Ambiental estão intimamente ligados, embora seja necessário analisar os pontos de ligação entre os dois para os compreender. Neste caso, trata-se da ordem jurídica e da sua eficácia na garantia dos Direitos Humanos e do desenvolvimento sustentável como condição essencial para o alcançar. O Direito Ambiental, por outro lado, está demasiado centrado na regulação da conduta humana normal, utilizando instrumentos tradicionais. Embora a resolução destes problemas não seja fácil, é necessário sensibilizar o público para a proteção ambiental e a sustentabilidade, a fim de podermos proteger o nosso meio ambiente, que é o legado das gerações futuras.

Por outro lado, é dada especial ênfase ao conceito de igualdade, que, embora sempre tenha estado ligado à justiça, no caso das desigualdades sociais e económicas está ligado ao estatuto ou às oportunidades. A igualdade refere-se assim ao conceito de garantir que todos os indivíduos possam ter acesso às mesmas oportunidades.

Além disso, como se trata de uma capacitação 100% online, o médico pode conciliar o estudo deste Curso de Especialização muito completo com o resto das suas tarefas quotidianas, escolhendo sempre onde e quando estudar. Uma capacitação de alto nível que conduzirá o profissional de Medicina ao mais alto patamar na sua área.

Este Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado. As suas principais características são:

- O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em Cooperação Internacional
- Os conteúdos gráficos, esquemáticos e predominantemente práticos com que está concebido fornecem informações científicas e práticas sobre as disciplinas que são essenciais para a prática profissional
- Novos desenvolvimentos em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental
- Os exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser efetuado a fim de melhorara aprendizagem
- O seu foco em metodologias inovadoras em Cooperação Internacional
- As aulas teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre temas controversos e atividades de reflexão individual
- A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com ligação à Internet



Este Perito Universitário visa aumentar as competências dos profissionais de Medicina, centrando-as nas necessidades das regiões com recursos médicos escassos e Direitos Humanos limitados, com o objetivo de que sejam capazes de colaborar com ONGs ou instituições públicas e privadas para melhorar a sua qualidade de vida"



Este Curso de Especialização é o melhor investimento que fará ao selecionar uma capacitação de atualização por duas razões: além de atualizar os seus conhecimentos em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental, também obterá um certificado da TECH Universidade Tecnológica"

O corpo docente do Curso inclui profissionais do setor que trazem a sua experiência profissional para esta capacitação, para além de especialistas reconhecidos de sociedades de referência e universidades de prestígio.

O seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educacional, irá permitir que o profissional tenha acesso a uma aprendizagem situada e contextual, isto é, um ambiente de simulação que proporcionará uma capacitação imersiva, programada para praticar em situações reais.

A conceção desta especialização foca-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o profissional deverá tentar resolver as diferentes situações da atividade profissional que surgem ao longo do Curso de Especialização. Para tal, contará com a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo desenvolvido por especialistas reconhecidos.

Invista na TECH e estará a investir no seu futuro.

Atualize os seus conhecimentos em matéria de Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental e colabore na mudança social, melhorando a saúde nos países em desenvolvimento.







tech 10 | Objetivos



Objetivos gerais

- Proporcionar aos alunos uma capacitação avançada em Cooperação Internacional, de caráter especializado e baseada em conhecimentos teóricos e instrumentais que lhes permitam adquirir e desenvolver as competências e aptidões necessárias à obtenção de uma qualificação como profissional de Cooperação Internacional
- Dotar o aluno de conhecimentos básicos sobre o processo de cooperação e desenvolvimento com base nos mais recentes desenvolvimentos políticos sobre os processosde sustentabilidade envolvidos nos aspetos económicos e sociais
- Melhorar o desempenho profissional e desenvolver estratégias de adaptação e resolução dos problemas do mundo atual através da investigação científica nos processos de cooperação e desenvolvimento
- Difundir as bases do sistema atual e desenvolver o espírito crítico e empreendedor necessário para se adaptar às mudanças políticas, no quadro do Direito Internacional



Conhecer a interrelação entre todos os elementos do meio ambiente e a forma como se influenciam mutuamente ajudá-lo-á a lidar com casos específicos, como os vividos durante a pandemia de Covid-19"





Objetivos específicos

Módulo 1. O desenvolvimento das populações: introdução e desafios

- Compreender a importância do desenvolvimento das populações
- Tomar consciência dos atores envolvidos no desenvolvimento, o porquê e quais as suas consequências
- Conhecer e clarificar conceitos básicos como pobres e empobrecidos
- Tomar consciência da situação mundial e do desenvolvimento
- Familiarizar-se com a estrutura económica do mundo
- Gerir os conceitos de desenvolvimento sustentável, objetivos sustentáveis, etc. para atingir as suas metas e objetivos
- Conhecer as teorias básicas do desenvolvimento nos seus aspetos económicos, sociais, culturais e políticos

Módulo 2. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- Compreender, prestar ou ajudar em atividades humanitárias dirigidas às vítimas de conflitos armados ao abrigo do Direito Internacional Humanitário
- Qualificar os diferentes tipos de conflitos armados, distinguindo-os de outras situações de violência armada; identificar e classificar as vítimas de tais conflitos; conhecer e compreender o sistema de proteção das vítimas e estar em condições de o aplicar
- Conhecer as limitações impostas pelo Direito Humanitário aos combatentes em matéria de condução das hostilidades, de respeito pelas zonas, locais e instalações assinalados com um sinal de proteção, bem como a exigência de um código de conduta em relação aos feridos, ao pessoal médico e religioso e às organizações humanitárias
- Identificar situações e pessoas particularmente vulneráveis em conflitos armados, conhecendo a proteção que lhes é conferida pelo Direito Internacional Humanitário

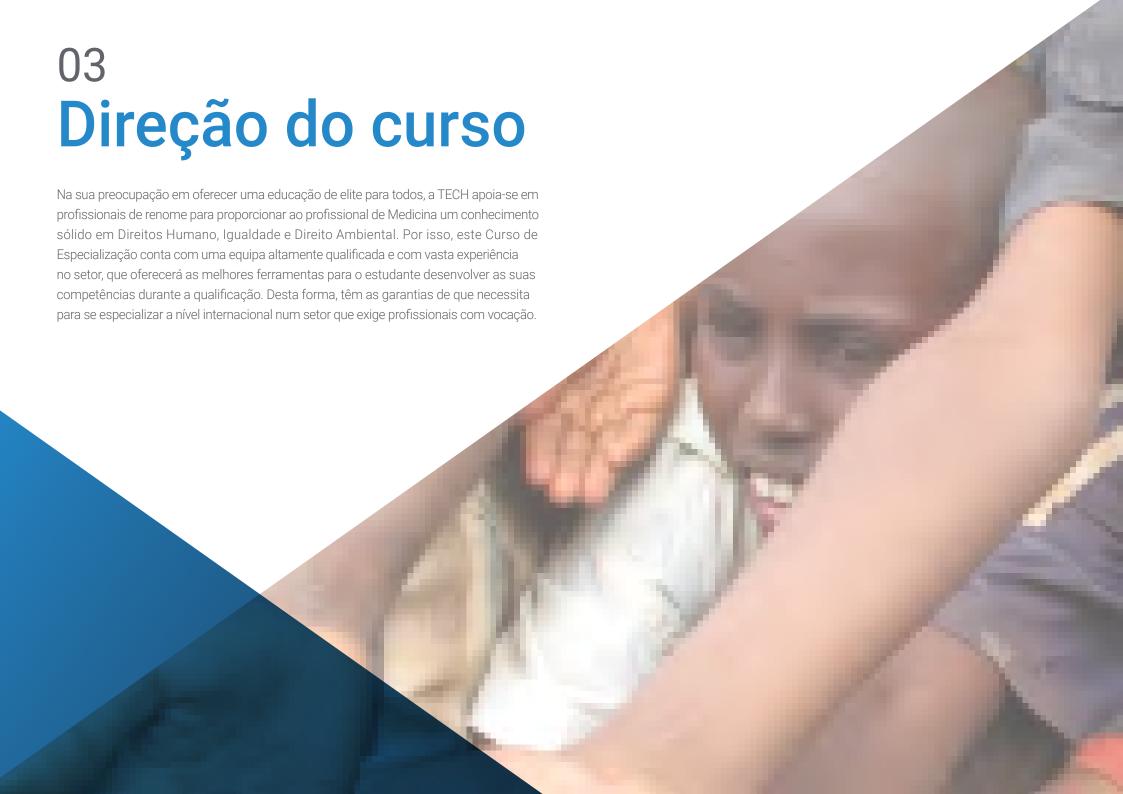
- Responder a crises e emergências humanitárias, avaliando a urgência da situação e planeando e desenvolvendo ações para as enfrentar
- Estimular a participação das pessoas e grupos com os quais se realizam as ações de cooperação, permitindo-lhes identificar os seus problemas e necessidades, liderar os seus processos de mudança, avaliar a sua evolução e decidir sobre novas formas de atuação

Módulo 3. Igualdade e cooperação

- Interiorizar, analisar e compreender o que entendemos por género, desenvolvimento e direitos das mulheres
- Conhecer o papel dos movimentos feministas nos processos de avançoe transformação social
- Intervir numa perspetiva de género na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Módulo 4. Direitos Ambiental

- Conhecer a interrelação entre todos os elementos do meio ambiente e a forma como se influenciam mutuamente
- Reconhecer os diferentes tipos de poluição e a forma como afetam o meio ambiente
- Analisar os regulamentos e a legislação em vigor na matéria
- Integrar de forma transversal as noções de sustentabilidade e de sustentabilidade ambiental e ecológica nos projetos e ações de cooperação
- Compreender a relação entre as migrações e o desenvolvimento dos países de origem e de destino





Diretor Convidado Internacional

Piotr Sasin é um especialista internacional com experiência em gestão de organizações sem fins lucrativos, especializado em assistência humanitária, resiliência e cooperação internacional para o desenvolvimento das pessoas. De facto, trabalhou em ambientes complexos e desafiantes, ajudando comunidades afetadas por conflitos, deslocações e crises humanitárias. Além disso, o seu foco em inovações sociais e planeamento participativo permitiu-lhe implementar soluções de longo prazo em áreas vulneráveis, melhorando significativamente as condições de vida.

Desempenhou também funções importantes como Diretor de Resposta a Crises de Refugiados na CARE, onde liderou iniciativas humanitárias de apoio a pessoas deslocadas em várias regiões. Trabalhou também como Diretor Nacional na People in Need, onde foi responsável pela coordenação de programas de desenvolvimento comunitário e de resposta rápida a emergências. Por sua vez, o seu papel como Representante do País na Fundação Terre des Hommes permitiu-lhe gerir projetos centrados na proteção das crianças.

Consequentemente, a nível internacional, tem sido reconhecido pela sua capacidade de gerir projetos de grande escala no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento, colaborando com governos, ONG e agências multilaterais em várias regiões. A sua liderança também tem sido fundamental para promover a resiliência das comunidades afetadas por catástrofes, fomentando a capacitação local através do planeamento urbano e do desenvolvimento sustentável. Desta forma, tem sido elogiado pelo seu enfoque na mitigação de conflitos e pela sua capacidade de construir parcerias estratégicas.

Por fim, Piotr Sasin tem uma sólida formação académica, com um Mestrado em Planeamento Urbano e Desenvolvimento Regional, bem como uma Licenciatura em Etnologia e Cultura Antropológica, ambos da Universidade de Varsóvia, na Polónia. Como tal, a sua investigação tem-se centrado na cooperação internacional e no planeamento sustentável em contextos de crise humanitária.



Sr. Sasin, Piotr

- Diretor de Resposta a Crises de Refugiados na CARE, Varsóvia, Polónia
- Diretor nacional da People in Need
- Representante no país na Fundação Terre des Hommes
- Gestor de programas na Habitat for Humanity Polónia
- Mestrado em Planeamento Urbano e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Varsóvia
- Licenciado em Etnología e Cultura Antropológica pela Universidade de Varsóvia



Diretora Convidada



Dra. Carmen Rodríguez Arteaga

- Diretora do Gabinete de Estudos da Direção, INEM
- Licenciatura em Filosofia e Ciências da Educação, UCN
- Especialista em Avaliação Educativa, OEI
- Especialista em Indicadores e Estatísticas da Educação, UNED
- Especialista em Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Universidade de Barcelona
- Especialista em Gestão de Conhecimento

Direção



Dra. María del Pilar Romero Mateos

- Educadora social
- Especialista em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- Professor da formação para o emprego
- Representante para a Igualdade de Género
- Autora e colaboradora em projetos educativos, Abile Educativa

Professores

Dra. Araceli Sánchez Garrido

- Chefe Adjunta da Cooperação Cultural do Departamento de Cooperação e Promoção Cultural, Direção das Relações Culturais e Científicas
- Licenciatura em Geografia e História, com especialização em Antropologia e Etnologia da América, Universidade Complutense de Madrid
- Responsável pela implementação do Guia de Transversalização da Diversidade Cultural da AECID, bem como a sua aplicação em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento realizados pela Agência
- Membro do corpo docente de conservadores de museus afetos ao Museo da América em Madrid
- Professora do Mestrado em Gestão Cultural, Universidade Carlos III de Madrid

Dr. Carlos Cano Corcuera

- Licenciatura em Biologia com especialização em Zoologia e licenciatura em Ecologia Animal
- Especialista em Planeamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento pela UNED
- Cursos de Especialização em Cooperação Internacional; Identificação, Formulação e Acompanhamento de Projetos de Cooperação; Ajuda Humanitária; Igualdade de Oportunidades; Negociações Internacionais; Planeamento com Perspetiva de Género; Gestão orientada para os Resultados do Desenvolvimento; Foco na Deficiência em Projetos de Cooperação; Cooperação Delegada da União Europeia, etc.
- Trabalho em diferentes áreas da cooperação internacional, principalmente na América Latina

Dra. Cristina Córdoba

- Enfermeira
- Formação e experiência em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- Cofundador e participante no projeto PalSpain
- Fundador da Associação Juvenil APUMAK, em Madrid, Espanha

Dra. Mercedes Flórez Gómez

- Licenciatura em Geografia e História, Universidade Complutense de Madrid
- Mestrado em Responsabilidade Social das Empresas, Universidade Pontifícia de Salamança
- Mestrado em Informação e Documentação, Universidade Antonio de Nebrija, em Espanha, e University College of Walls, no Reino Unido
- Certificado Avançado em Cooperação Sur, Sur-FLACSO
- Especialista em Desigualdade, Cooperação e Desenvolvimento, Instituto Universitário de Desenvolvimento e Cooperação, IUDC-Universidade Complutense de Madrid
- Especialista em Planeamento e Gestão de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em Educação, Ciência e Cultura (OEI)
- Licenciatura em Ação Humanitária, Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária (IECAH)

Dra. Marisa Ramos Rollon

- Assessora em Cooperação para o Desenvolvimento do Vice-Reitor de Relações Internacionais e Cooperação da Universidade Complutense de Madrid
- Investigadora que se dedica às áreas das políticas e instituições públicas na América Latina e às questões da governação democrática e das políticas de desenvolvimento
- Diretora do Curso da Escola Complutense de Verão de Políticas Públicas e Agenda 2030
- Docente do Mestrado em Políticas de Transparência e Governação e Liderança Política e do Mestrado em Liderança Política, ambos na UCM, e do Mestrado em Relações América Latina-UE, Universidade de Alcalá de Henares





tech 20 | Estrutura e conteúdo

Módulo 1. O desenvolvimento das populações: introdução e desafios

1	.1.	0	desenvo	lviment	C

- 1.1.1. Introdução
- 1.1.2. O que se entende por desenvolvimento?
- 1.1.3. Teorias sociológicas para o desenvolvimento
 - 1.1.3.1. Desenvolvimento pela modernização
 - 1.1.3.2. Desenvolvimento por dependência
 - 1.1.3.3. Teoria do Desenvolvimento Neoinstitucional
 - 1.1.3.4. Desenvolvimento pela Democracia
 - 1.1.3.5. Teoria do desenvolvimento pela identidade cultural
- 1.1.4. Atores implicados no desenvolvimento
 - 1.1.4.1. Dependendo da forma como é canalizada, a ajuda pode ser
 - 1.1.4.2. De acordo com a sua forma
- 1.1.5. Países pobres ou empobrecidos
 - 1.1.5.1. O que é que se entende por empobrecidos?
- 1.1.6. Desenvolvimento económico, social e sustentável
- 1.1.7. PNUD
- 1.1.8. Bibliografia
- 1.2. Poder, dinâmicas e atores na sociedade internacional
 - 1.2.1. Introdução
 - 1.2.2. Elementos de poder
 - 1.2.3. A sociedade internacional
 - 1.2.4. Modelos da sociedade internacional
 - 1.2.4.1. Estático
 - 1.2.4.2. Dinâmico
 - 1.2.4.3. Global
 - 1.2.5. Caraterísticas da sociedade internacional
 - 1.2.5.1. É uma sociedade global de referência
 - 1.2.5.2. Distingue-se da sociedade interestatal
 - 1.2.5.3. A sociedade internacional reguer uma dimensão relacional
 - 1.2.5.4. A sociedade internacional goza de uma ordem comum
 - 1.2.6. Estrutura social da sociedade



Estrutura e conteúdo | 21 tech

1.2.7.	Estrutura da sociedade internacional
	1.2.7.1. Extensão espacial
	1.2.7.2. Diversificação estrutural
	1.2.7.3. A dimensão cultural da sociedade internacional
1.2.8.	A polarização da sociedade internacional
	1.2.8.1. Conceito
1.2.9.	Grau de institucionalização da sociedade internacional
1.2.10.	Bibliografia
Comérc	io livre
1.3.1.	Introdução
1.3.2.	Interdependência desigual entre países
1.3.3.	Empresas transnacionais
	1.3.3.1. O que são?
1.3.4.	Situação atual das trocas comerciais
	1.3.4.1. As transnacionais e o comércio livre
1.3.5.	A OMC
	1.3.5.1. Conceito
	1.3.5.2. Breve história
	1.3.5.3. As atividades da OMC assentam em três pilares
1.3.6.	Rondas, conferências e lobbying
1.3.7.	Relações de comércio justo
1.3.8.	A CONGDE
	1.3.8.1. Propostas da CONGNE
1.3.9.	Responsabilidade Social das Empresas
1.3.10.	Um pacto global
1.3.11.	Comércio justo
	1.3.11.1. Definição internacional
1.3.12.	Bibliografia
Desenvo	olvimento sustentável e educação
1.4.1.	Introdução
1.4.2.	Educação sobre o Desenvolvimento Sustentável e Educação para o Desenvolvimento Sustentável
	1.4.2.1. Principais diferenças

1.3.

1.4.

		1.4.3.1. Conceito
	1.4.4.	Desenvolvimento Sustentável
		1.4.4.1. Conceito
	1.4.5.	Componentes do desenvolvimento sustentável
	1.4.6.	Princípios do desenvolvimento sustentável
	1.4.7.	Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)
		1.4.7.1. Definição
	1.4.8.	História da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
		1.4.8.1. Conceito
	1.4.9.	Reorientar a educação
	1.4.10.	Orientações para o desenvolvimento sustentável
	1.4.11.	Bibliografia
1.5.	Objetivo	os de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
	1.5.1.	Introdução
	1.5.2.	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
		1.5.2.1. Antecedentes
	1.5.3.	Campanha do Milénio
	1.5.4.	Resultados dos ODM
	1.5.5.	Objetivos de desenvolvimento sustentável
		1.5.5.1. Definição
		1.5.5.2. Quem é que está envolvido?
	1.5.6.	O que são os ODS?
		1.5.6.1. Caraterísticas
	1.5.7.	Diferenças existentes entre ODM e ODS
	1.5.8.	Agenda do desenvolvimento sustentável
		1.5.8.1. Agenda 2030
		1.5.8.2. Os ODS são juridicamente vinculativos?
	1.5.9.	Acompanhamento da realização dos ODS
	1.5.10.	Bibliografia

1.4.3. Sustentabilidade

tech 22 | Estrutura e conteúdo

 1.6.1. Introdução 1.8.1. Introdução 1.8.2. Comunidade 1.6.3. Problemas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 1.6.3.1. Competências 1.8.2. Comunidade 1.8.2.1. De quem depende o êxito de uma comunidade? 1.8.3. Conceito de participação 	
1.6.3.Problemas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável1.8.2.1. De quem depende o êxito de uma comunidade?1.6.3.1. Competências1.8.3.Conceito de participação	
1.6.3.1. Competências 1.8.3. Conceito de participação	
1.6.4. A ONU e a sua ação em prol do desenvolvimento 1.8.4. Conceito de desenvolvimento comunitário	
1.6.4.1. História da ONU 1.8.5. Elementos que definem o desenvolvimento comunitário	
1.6.4.2. A ONU e a sustentabilidade 1.8.6. Processos de realização do desenvolvimento comunitário	
1.6.5. Programa 21: Agenda 21 das Nações Unidas 1.8.6.1. Diagnóstico participativo	
1.6.5.1. Objetivos da Agenda 21 1.8.6.2. Plano de desenvolvimento	
1.6.6. PNUD 1.8.6.3. Planeamento participativo	
1.6.6.1. História do PNUD 1.8.6.4. Planos de desenvolvimento comunitário	
1.6.6.2. Objetivos do PNUD 1.8.7. Doze lições do desenvolvimento comunitário participativo	
1.6.7. Outras teorias para apoiar o desenvolvimento sustentável 1.8.8. Atores-chave	
1.6.7.1. Declínio 1.8.9. Bibliografia	
1.6.8. Teorias alternativas ao desenvolvimento sustentável 1.9. Índice de Desenvolvimento Humano	
1.6.8.1. Ecodesenvolvimento 1.9.1. Introdução	
1.6.9. Bibliografia 1.9.2. Índice de Desenvolvimento Humano	
1.7. Sociedade civil, movimentos sociais e processos de transformação 1.9.2.1. Princípios do IDH	
1.7.1. Introdução 1.9.2.2. Objetivos do IDH	
1.7.2. Conceito de movimentos sociais 1.9.2.3. Limitações do IDH	
1.7.3. Objetivos dos movimentos sociais 1.9.2.4. Tipos de indicadores	
1.7.4. Estrutura dos movimentos sociais 1.9.3. Caraterísticas do desenvolvimento humano	
1.7.5. Definições dos principais autores 1.9.4. Metodologia de cálculo do IDH	
1.7.6. Desafio coletivo 1.9.5. Outros Índices de Desenvolvimento Humano	
1.7.7. A procura de um objetivo comum 1.9.5.1. Índice de Desenvolvimento Humano ajustado às desigua	aldades
1.7.8. Evolução dos movimentos sociais 1.9.5.2. Índice de Desigualdade de Género	
1.7.9. Participação e consolidação da Democracia 1.9.5.3. Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	
1.7.10. Os movimentos sociais mais proeminentes dos últimos anos na Europa 1.9.6. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	
1.7.11. Bibliografia 1.9.7. Conclusões	
1.9.8. Bibliografia	

- 1.10. Parcerias locais para o desenvolvimento
 - 1.10.1. Introdução
 - 1.10.2. O que é uma ONGD?
 - 1.10.3. Movimentos de desenvolvimento do Estado
 - 1.10.4. Pobreza zero
 - 1.10.4.1. Objetivos
 - 1.10.4.2. Estratégia de ação
 - 1.10.4.3. As suas organizações constituintes
 - 1.10.5. Coordenadora da ONGD, em Espanha
 - 1.10.5.1. Objetivo
 - 1.10.5.2. Plano estratégico
 - 1.10.5.3. Linhas estratégicas
 - 1.10.6. Coordenadoras automáticas
 - 1.10.7. Grupos de ação social
 - 1.10.8. Bibliografia

Módulo 2. Direitos Humanos (DH) e Direito Internacional Humanitário (DIH)

- 2.1. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
 - 2.1.1. Introdução
 - 2.1.2. Conceito e definição de Direitos Humanos
 - 2.1.3. Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.3.1. O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos?
 - 2.1.3.2. Autores da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.3.3. Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.3.4. Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - 2.1.4. Bibliografia
- 2.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 2.2.1. O que é o Direito Internacional Humanitário? (DIH)
 - 2.2.2. Ramos do DIH
 - 2.2.3. Convenção de Genebra e regras fundamentais subjacentes às Convenções de Genebra

- 2.2.4. Âmbito do Direito Internacional Humanitário
 - 2.2.4.1. Proibições e restrições gerais relativas a determinados métodos e meios de guerra
 - 2.2.4.2. Proibições e restrições específicas
- 2.2.5. Quando se aplica o DIH?
- 2.2.6. Quem protege o DIH e como?
- 2.2.7. Bibliografia
- 2.3. A ONU e os Direitos Humanos
 - 2.3.1. A ONU. Organização das Nações Unidas
 - 2.3.1.1. O que é?
 - 2.3.1.2. História da ONU
 - 2.3.1.3. A ONU e os Direitos Humanos
 - 2.3.2. Como a ONU promove e protege os Direitos Humanos?
 - 2.3.2.1. Alto Comissário para os Direitos Humanos
 - 2.3.2.2. Conselho dos Direitos Humanos
 - 2.3.2.3. UNDG-HRM
 - 2.3.2.4. Conselheiros Especiais para a Prevenção do Genocídio e a Responsabilidade de Proteger
 - 2.3.3. Conclusões
 - 2.3.4. Bibliografia
- 2.4. Instrumentos da ONU para a proteção dos Direitos Humanos
 - 2.4.1. Introdução
 - 2.4.2. Instrumentos legais que apoiam a ONU na proteção dos Direitos Humanos
 - 2.4.2.1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos
 - 2.4.2.2. Democracia
 - 2.4.2.3. Outros organismos da ONU responsáveis pela proteção dos Direitos Humanos
 - 2.4.3. Vários organismos que tratam de questões diferentes
 - 2.4.4. Secretário Geral
 - 2.4.5. Operações de paz das Nações Unidas
 - 2.4.6. Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW)

tech 24 | Estrutura e conteúdo

	2.4.7.	Bibliografia			
2.5.	Direito	Internacional dos Direitos Humanos			
	2.5.1.	Introdução			
	2.5.2.	O que é o Direito Internacional dos Direitos Humanos			
		2.5.2.1. Caraterísticas do Direito Internacional dos Direitos Humanos			
	2.5.3.	Principais diferenças entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos			
	2.5.4.	Crimes contra a humanidade			
		2.5.4.1. Crimes contra a humanidade ao longo da história			
	2.5.5.	Bibliografia			
2.6.	Organiz	zações não governamentais e defensores dos Direitos Humanos			
	2.6.1.	Introdução			
		2.6.1.1. O que é uma ONGD?			
	2.6.2.	As ONGs e os Direitos Humanos			
	2.6.3.	Categorias de ONGs de Direitos Humanos			
	2.6.4.	Principais caraterísticas das ONGs de Direitos Humanos			
	2.6.5.	Bibliografia			
2.7.	Violações de Direitos Humanos no mundo				
	2.7.1.	Introdução			
	2.7.2.	Casos de violações dos Direitos Humanos por artigos			
		2.7.2.1. Artigo 3: Direito de viver em liberdade			
		2.7.2.2. Artigo 4: Não há escravatura			
		2.7.2.3. Artigo 5: Não há tortura			
		2.7.2.4. Artigo 13: Liberdade de circulação			
		2.7.2.5. Artigo 18: Liberdade de pensamento			
		2.7.2.6. Artigo 19: Liberdade de expressão			
		2.7.2.7. Artigo 21: Direito à Democracia			
	2.7.3.	Bibliografia			
2.8.	Direitos Humanos Ambientais				
	2.8.1.	A proteção do meio ambiente como um direito humano			
	2.8.2.	O meio ambiente tem direitos?			
	2.8.3.	Evolução dos Direitos Humanos face a casos sem direitos			
	2.8.4.	Direitos da natureza. Evolução			
		2.8.4.1. Declaração de intenções. Relator especial			

	2.8.5.	Direito ambiental
		2.8.5.1. PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
	2.8.6.	Bibliografia
	ONG de	Direitos Humanos
	2.9.1.	Introdução
	2.9.2.	Lista de ONGs que trabalham em prol dos Direitos Humanos
		2.9.2.1. 1 quilo de ajuda
		2.9.2.2. B. Soleil d'Afrique
		2.9.2.3. Aasara
		2.9.2.4. Ação Andina
		2.9.2.5. Ação Global Solidária
		2.9.2.6. Ação Verapaz
		2.9.2.7. ADANE. Amigos para o Desenvolvimento na África Negra
	2.9.3.	Bibliografia
ı	ulo 3 l	qualdade e cooperação

3.1. Géneros e cooperação 3.1.1. Introdução

2.9.

3.1.2.	Conceitos fundamentais
	3.1.2.1. A ter em conta sobre o género
3.1.3.	Empoderamento
	3.1.3.1. Introdução
	3.1.3.2. Conceito de empoderamento
	3.1.3.3. O que é o empoderamento?

3.1.3.4. Uma breve história do empoderamento

3.1.4. O movimento feminista no mundo

3.1.4.1. Conceito

3.1.4.2. Uma breve história do feminismo no mundo

3.1.5. Bibliografia

3.2. Evolução histórica dos movimentos feministas. Correntes principais

3.2.1. Introdução 3.2.1.1. Antecedentes históricos

3.2.2. Precursoras do movimento feminista

3.2.3. As sufragistas nos Estados Unidos e na Europa

Estrutura e conteúdo | 25 tech

3.2.4.	O sufragismo na América Latina
3.2.5.	O feminismo como movimento social ou novo feminismo
3.2.6.	O feminismo contemporâneo
	3.2.6.1. Os feminismo do século XXI
	3.2.6.2. Evolução dos principais movimentos feministas
3.2.7.	Bibliografia
Patriard	ados regionais e movimentos de mulheres
3.3.1.	Patriarcado
	3.3.1.1. Introdução
	3.3.1.2. Conceito de patriarcado
	3.3.1.3. Conceito de matriarcado
	3.3.1.4. Principais caraterísticas do patriarcado no mundo
3.3.2.	Movimentos históricos influentes das mulheres no mundo
	3.3.2.1. Evolução dos direitos das mulheres
	3.3.2.1.1. Evolução dos direitos das mulheres
	3.3.2.1.2. Dia Internacional da Mulher: um dia para as mulheres
	3.3.2.1.3. Medicina contra a mutilação genital feminina
	3.3.2.1.4. Revolta das mulheres em Aba
	3.3.2.1.5. O mundo do trabalho em constante mudança
	3.3.2.1.6. No trabalho e na greve, com força
	3.3.2.1.6. Nascem as Nações Unidas
	3.3.2.1.8. Para as mulheres do mundo
	3.3.2.1.9. As borboletas inesquecíveis
	3.3.2.1.10. Ativistas, uni-vos
	3.3.2.1.11. CEDAW
	3.3.2.1.12. Declaração sobre a eliminação da violência contra
	as mulheres
	3.3.2.1.13. Programa de ação da CIPD
	3.3.2.1.14. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim
	3.3.2.1.15. Resolução 1325 do Conselho de Segurança
	3.3.2.1.16. Declaração do Milénio das Nações Unidas
	3.3.2.1.17. Ação coletiva para a paz
	3.3.2.1.18. O Gang Gulabi: justiça para as mulheres
	3.3.2.1.19. Desafiar o status quo

3.3.

	3.3.3.	Bibliografia			
3.4.	Divisão	do trabalho: disposições tradicionais e dinâmicas contemporâneas			
	3.4.1.	Introdução			
	3.4.2.	Divisão sexual do trabalho			
		3.4.2.1. Constrangimentos intrínsecos e extrínsecos à participação das mulhere no mercado de trabalho			
		3.4.2.2. Segregação vertical e horizontal das mulheres no trabalho remunerado			
		3.4.2.3. Masculinidades e trabalho remunerado			
	3.4.3.	Divisão do trabalho entre homens e mulheres			
	3.4.4.	Feminização da pobreza			
	3.4.5.	Dados sobre participação no mercado de trabalho, disparidades de género e diferentes formas de inserção no mercado de trabalho			
		3.4.5.1. Indicadores			
		3.4.5.2. Empregadas por ramo de atividade			
		3.4.5.3. Empregadas por tipo de atividade			
		3.4.5.4. Empregadas por situação profissional			
		3.4.5.5. Empregadas por tipo de emprego			
	3.4.6.	Bibliografia			
3.5.	Políticas de cuidado e economia				
	3.5.1.	Cuidados para a vida			
	3.5.2.	Efeitos na vida das mulheres			
		3.5.2.1. Valor associado ao trabalho não remunerado na esfera doméstica e a outras atividades de cuidados			
		3.5.2.2. Conceito de conciliação			
		3.5.2.3. Medidas adotadas para alcançar a conciliação			
	3.5.3.	Atividades de cuidados e tarefas domésticas. Crianças que frequentam centros educativos e de acolhimento. Agregados familiares com pessoas dependentes			
		3.5.3.1. Frequência semanal das atividades de cuidados e das tarefas domésticas. Espanha e UE-28			
		3.5.3.2. Horas semanais das atividades de cuidados e das tarefas domésticas			
		3.5.3.3. Pessoas com 16 anos ou mais que cuidam de pessoas dependentes (por idade e sexo)			

3.5.4. Novas masculinidades

3.5.5. Bibliografia

tech 26 | Estrutura e conteúdo

3.6.	Género	e migrações			3.8.2.2. Definição de economia do desenvolvimento
	3.6.1.	Causas e situação global das migrações			3.8.2.3. Evolução da economia do desenvolvimento
	3.6.2.	Evolução histórica das migrações		3.8.3.	Economia de género
	3.6.3.	O fenómeno da feminização das migrações		3.8.4.	Políticas Públicas com uma perspetiva de género
	3.6.4.	Caraterísticas dos fluxos migratórios numa perspetiva de género		3.8.5.	Metodologia de orçamentação com base no género
	3.6.5.	Os efeitos dos processos migratórios nas mulheres		3.8.6.	Índices de Desenvolvimento Humano relacionados com o género
	3.6.6.	Conclusão			3.8.6.1. Conceito
	3.6.7.	Estratégia de migração sensível às questões de género			3.8.6.2. Parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano
	3.6.8.	Bibliografia		3.8.7.	Bibliografia
3.7.	O Sister	ma Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento numa perspetiva de género	3.9.	A pers	petiva de género na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
	3.7.1.	3.7.1. Introdução			O género na Cooperação Internacional. Evolução histórica
	3.7.2.	O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento		3.9.2.	Conceitos básicos
		3.7.2.1. Objetivos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Espanhol			3.9.2.1. Igualdade de género
		3.7.2.2. Políticas e instrumentos da Cooperação Internacional para o			3.9.2.2. Igualdade de género
		Desenvolvimento numa perspetiva de género			3.9.2.3. Equidade de género
		3.7.2.3. Linhas estratégicas de trabalho sobre a abordagem de género na			3.9.2.4. Masculinidades
	0.7.0	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento			3.9.2.5. Patriarcado
	3.7.3.	.4. Género e desenvolvimento			3.9.2.6. Divisão sexual de trabalho
	3.7.4.				3.9.2.7. Papéis de género
	3.7.5.	Planeamento sensível à questão do género			3.9.2.8. Abordagem setorial
	0.7.6	3.7.5.1. Orientações para os processos de planeamento			3.9.2.9. Abordagem transversal
	3.7.6.	Quadros de Parceria País (QPP) e ferramentas de cooperação espanhola disponíveis			3.9.2.10. Necessidades práticas
	3.7.7.	Diretrizes para a transversalização			3.9.2.11. Interesses estratégicos em matéria de género
	0.7.7.	3.7.7.1. Lista de verificação		3.9.3.	Por que razão é importante integrar a abordagem de género nos processos de
		3.7.7.2. Lista de verificação da fase 1. Etapa 0			desenvolvimento?
	3.7.8.	Bibliografia		3.9.4. 3.9.5.	Decálogo para a transversalização da abordagem de género
3.8.		Políticas Públicas com uma perspetiva de género			Indicadores de género
0.0.	3.8.1. Introdução				3.9.5.1. Conceito
	3.8.2.	Economia do desenvolvimento			3.9.5.2. Áreas que podem ser objeto de indicadores
	3.8.2.1. Bases económicas do desenvolvimento				3.9.5.3. Caraterísticas dos indicadores de género
		o.o.z. n. badda dadananiidad da dedenyolyimento			3.9.5.4. Finalidade dos indicadores de género
				3.9.6.	Bibliografia

Módulo 4. Direitos Ambiental

- 4.1. O Direito Ambiental
 - 4.1.1. Introdução
 - 4.1.2. O que é?
 - 4.1.3. Em que consiste o Direito Ambiental
 - 4.1.4. Caraterísticas do Direito Ambiental
 - 4.1.5. Natureza jurídica
 - 4.1.6. Antecedentes
 - 4.1.7. História
 - 4.1.8. Objetivo do Direito Ambiental 4.1.8.1. Fontes
 - 4.1.9. Princípios
 - 4.1.10. Fins
- 4.2. Direitos Ambiental
 - 4.2.1. O que entendemos por ambiente?
 - 4.2.2. Quais são os nossos direitos ambientais? 4.2.2.1. O que são?
 - 4 2 3 Direito a usufruir de um ambiente saudável
 - 4.2.4. Direito de acesso à informação
 - 4.2.5. Direito de participação na gestão ambiental
 - 4.2.6. Direito de acesso à justiça ambiental
 - 4.2.7. Princípios gerais do Direito Ambiental
 - 4.2.8. Conferências e acordos internacionais
 - 4.2.8.1. Estocolmo 1972
 - 4.2.8.2. Rio de Janeiro 1992
 - 4.2.9. Regras de proteção dos direitos ambientais
 - 4.2.10. Conclusão
- 4.3. Deveres em matéria de Direito Ambiental
 - 4.3.1. Introdução
 - 4.3.2. O que são deveres ambientais? 4.3.2.1. Definição e conceito
 - 4.3.3. Quais são os direitos ambientais?
 - 4.3.4. Dever de preservação ambiental

- 4.3.5. Dever de respeitar as normas ambientais
- 4.3.6. Dever de fazer vigilância cívica
- 4.3.7. Dever de informar
- 4.3.8. Dever de indemnização por danos ambientais
- 4.3.9. Conclusões
- 4.4. Participação dos cidadãos na proteção ambiental
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. Monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.1. Introdução
 - 4.4.2.2. Conceito de monitorização
 - 4.4.2.3. O que é a monitorização ambiental participativa?
 - 4.4.2.4. Para que serve?
 - 4.4.2.5. Quem pode participar?
 - 4.4.2.6. Plano de monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.7. Área de influência de um projeto ou atividade
 - 4.4.2.8. Etapas da monitorização ambiental participativa
 - 4.4.2.9. Fases
- 4.5. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. PNUMA
 - 4.5.1. Introdução
 - 4.5.2. Definição e conceito
 - 4.5.3. Objetivos do PNUMA
 - 4.5.3.1. Objetivo geral
 - 4.5.4. História e evolução
 - 4.5.4.1. Onde e quando nasceu o PNUMA?
 - 4.5.5. Missão do PNUMA
 - 4.5.6. Atividades
 - 4.5.7. Localização do PNUA
 - 4.5.7.1. A nível nacional e internacional
 - 4.5.8. Quarto Programa de Montevidéu para o Desenvolvimento e Revisão Periódica
 - do Direito Ambiental
 - 4.5.8.1. Conceito, objetivos e finalidade
 - 4.5.9. Conclusão

tech 28 | Estrutura e conteúdo

4.6.	Alteraçã	ões ambientais globais e alterações climáticas
	4.6.1.	Introdução
	4.6.2.	Ambiente global
		4.6.2.1. Conceito
	4.6.3.	Alterações climáticas
		4.6.3.1. Conceito
	4.6.4.	Evolução da teoria das alterações climáticas
	4.6.5.	Alterações ambientais globais
		4.6.5.1. Passado e presente
	4.6.6.	Caraterísticas das alterações ambientais globais
		4.6.6.1. Alterações do nível do mar
	4.6.7.	Consequências das alterações ambientais globais
	4.6.8.	Perigos, riscos e vulnerabilidade futura
	4.6.9.	Alterações climáticas e impacto na agricultura
	4.6.10.	Estratégias e dilemas de sobrevivência
		4.6.10.1. Migração
4.7.	Direitos	do ambiente no mundo
	4.7.1.	Introdução
	4.7.2.	Países que lutam pelos direitos do ambiente
	4.7.3.	Equador
	4.7.4.	Espanha
	4.7.5.	México
	4.7.6.	Peru
	4.7.7.	Desenvolvimento Sustentável
		4.7.7.1. Conceito
	4.7.8.	História e evolução
	4.7.9.	Óticas do Desenvolvimento Sustentável (DS)
	4.7.10.	Lei geral sobre o Desenvolvimento Florestal Sustentável
		4.7.10.1. Descrição
		4.7.10.2. Objetivo







Abordará a necessidade de implementar políticas interculturais com uma perspetiva de género nos países de origem e de acolhimento"



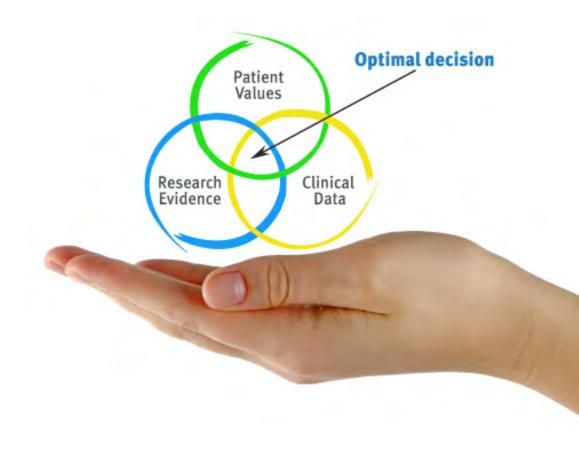


tech 32 | Metodologia

Na TECH utilizamos o Método de Caso

Numa dada situação, o que deve fazer um profissional? Ao longo do programa, os estudantes serão confrontados com múltiplos casos clínicos simulados com base em pacientes reais nos quais terão de investigar, estabelecer hipóteses e finalmente resolver a situação. Há abundantes provas científicas sobre a eficácia do método. Os especialistas aprendem melhor, mais depressa e de forma mais sustentável ao longo do tempo.

Com a TECH pode experimentar uma forma de aprendizagem que abala as fundações das universidades tradicionais de todo o mundo.



Segundo o Dr. Gérvas, o caso clínico é a apresentação anotada de um paciente, ou grupo de pacientes, que se torna um "caso", um exemplo ou modelo que ilustra alguma componente clínica peculiar, quer pelo seu poder de ensino, quer pela sua singularidade ou raridade. É essencial que o caso seja fundamentado na vida profissional actual, tentando recriar as condições reais da prática profissional do médico.



Sabia que este método foi desenvolvido em 1912 em Harvard para estudantes de direito? O método do caso consistia em apresentar situações reais complexas para que tomassem decisões e justificassem a forma de as resolver. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard"

A eficácia do método é justificada por quatro realizações fundamentais:

- 1 Os estudantes que seguem este método não só conseguem a assimilação de conceitos, mas também desenvolvem a sua capacidade mental através de exercícios para avaliar situações reais e aplicar os seus conhecimentos.
- 2 A aprendizagem é solidamente traduzida em competências práticas que permitem ao educador integrar melhor o conhecimento na prática diária.
- 3 A assimilação de ideias e conceitos é facilitada e mais eficiente, graças à utilização de situações que surgiram a partir de um ensino real.
- 4 O sentimento de eficiência do esforço investido torna-se um estímulo muito importante para os estudantes, o que se traduz num maior interesse pela aprendizagem e num aumento do tempo passado a trabalhar no curso.





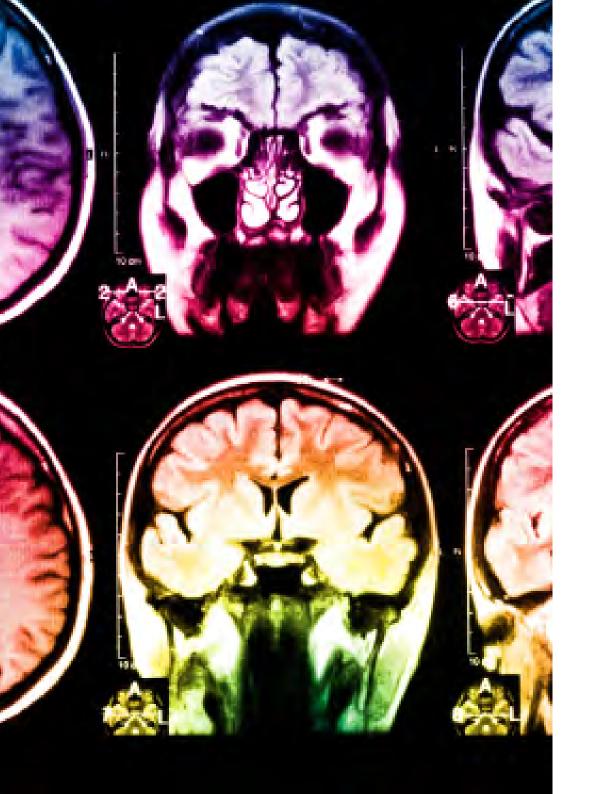
Relearning Methodology

A TECH combina eficazmente a metodologia do Estudo de Caso com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, que combina 8 elementos didáticos diferentes em cada lição.

Melhoramos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.

O profissional aprenderá através de casos reais e da resolução de situações complexas em ambientes de aprendizagem simulados. Estas simulações são desenvolvidas utilizando software de última geração para facilitar a aprendizagem imersiva.





Metodologia | 35 tech

Na vanguarda da pedagogia mundial, o método Relearning conseguiu melhorar os níveis globais de satisfação dos profissionais que concluem os seus estudos, no que diz respeito aos indicadores de qualidade da melhor universidade online do mundo (Universidade de Columbia).

Utilizando esta metodologia, mais de 250.000 médicos foram formados com sucesso sem precedentes em todas as especialidades clínicas, independentemente da carga cirúrgica. Tudo isto num ambiente altamente exigente, com um corpo estudantil universitário com um elevado perfil socioeconómico e uma idade média de 43,5 anos.

O Relearning permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, envolvendo-o mais na sua capacitação, desenvolvendo um espírito crítico, defendendo argumentos e opiniões contrastantes: uma equação direta ao sucesso.

No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, mas acontece numa espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, cada um destes elementos é combinado de forma concêntrica.

A pontuação global do nosso sistema de aprendizagem é de 8,01, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.

Este programa oferece o melhor material educativo, cuidadosamente preparado para profissionais:



Material de estudo

Todos os conteúdos didáticos são criados pelos especialistas que irão ensinar o curso, especificamente para o curso, para que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Estes conteúdos são depois aplicados ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isto, com as mais recentes técnicas que oferecem peças de alta-qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Técnicas cirúrgicas e procedimentos em vídeo

A TECH traz as técnicas mais inovadoras, com os últimos avanços educacionais, para a vanguarda da atualidade em enfermagem. Tudo isto, na primeira pessoa, com o máximo rigor, explicado e detalhado para a assimilação e compreensão do estudante.

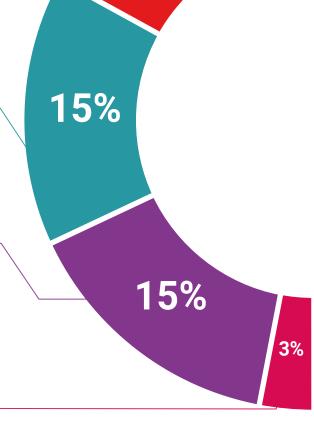
E o melhor de tudo, pode observá-los quantas vezes quiser.



Resumos interativos

A equipa da TECH apresenta os conteúdos de uma forma atrativa e dinâmica em comprimidos multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas concetuais a fim de reforçar o conhecimento.

Este sistema educativo único para a apresentação de conteúdos multimédia foi premiado pela Microsoft como uma "História de Sucesso Europeu".





Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que necessita para completar a sua capacitação.

17% 7%

Análises de casos desenvolvidas e conduzidas por especialistas

A aprendizagem eficaz deve necessariamente ser contextual. Por esta razão, a TECH apresenta o desenvolvimento de casos reais nos quais o perito guiará o estudante através do desenvolvimento da atenção e da resolução de diferentes situações: uma forma clara e direta de alcançar o mais alto grau de compreensão.



Testing & Retesting

Os conhecimentos do aluno são periodicamente avaliados e reavaliados ao longo de todo o programa, através de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que o aluno possa verificar como está a atingir os seus objetivos.



Masterclasses

Há provas científicas sobre a utilidade da observação de peritos terceiros: Learning from an Expert fortalece o conhecimento e a recordação, e constrói confiança em futuras decisões difíceis.



Guias rápidos de atuação

A TECH oferece os conteúdos mais relevantes do curso sob a forma de folhas de trabalho ou guias de ação rápida. Uma forma sintética, prática e eficaz de ajudar os estudantes a progredir na sua aprendizagem.







tech 38 | Certificação

Este Curso de Especialização Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio o certificado* correspondente ao **Curso de Especialização** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

Este certificado contribui significativamente para o desenvolvimento da capacitação continuada dos profissionais e proporciona um importante valor para a sua capacitação universitária, sendo 100% válido e atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

Certificação: Curso de Especialização em Direitos Humanos, Igualdade e Direito Ambiental

ECTS: 24

Carga horária: 600 horas



Pública a partir de 28 de junho de 2018.

A 17 de junho de 2020

^{*}Apostila de Haia: Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo a um custo adicional.

tech universidade tecnológica Curso de Especialização e Direito Ambiental

Direitos Humanos, Igualdade

- » Modalidade: online
- » Duração: 6 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- Créditos: 24 ECTS
- » Tempo Dedicado: 16 horas/semana
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

